



ECETISTAS DE 14 CIDADES GARANTEM APOIO POLÍTICO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

Moções de apoio à luta Ecetista contra a privatização, de apelo contra a privatização e de repúdio à iniciativa do governo de privatizar estão se espalhando pelas cidades da base do SINDECTEB

XXI ENCONTRO DE DIRETORES E DELEGADOS SINDECTEB

**A LUTA ECETISTA PEDE UNIÃO, ESTRATÉGIA E DIÁLOGO!
O SINDECTEB CONVOCA SEUS DIRETORES E DELEGADOS
PARA NOSSO PRÓXIMO ENCONTRO.**

DATA: 29/02 (SÁBADO)

HORÁRIO: 09H

CIDADE: BAURU



PLANO DE SAÚDE E ACT



**TST adia julgamento dos embargos do
dissídio e vai esperar decisão do STF**

JURÍDICO SINDECTEB



**Mais 14 Ecetistas recebem os valores do
PCCS neste mês**



CARTA DO PRESIDENTE

José Ap. Gimenes Gandara

Companheiros e Companheiras, Nesta edição do Conexão Postal estamos focando nos trabalhos executados pelo SINDECTEB em nossa região. Seguimos conquistando vitórias para os Companheiros nos processos do PCCS e abrimos espaço para falar da luta de nossos Companheiros Ecetistas contra a privatização dos Correios. Já são 14 cidades do interior paulista que foram palco das moções de apoio, repúdio e apelo, todas contra a privatização. Isso é resultado da luta da nossa base, engajamento de quem está ciente de que a situação pede união e muita garra para enfrentar esse governos que quer sufocar nossos direitos e acabar com nossa empresa. Brasília tem se tornado palco de más notícias. Estamos em diálogo constante, nos mobilizando junto aos demais Sindicatos da FINDECT para manter a união da categoria e pressionar

o STF e o TST a abrir os olhos para a situação dos Ecetistas, especialmente no que diz respeito ao plano de saúde. Agora, chegou o momento de refletir.

O Sindicato é uma representação legal da voz do trabalhador perante as discussões sobre os rumos da ECT. Somos nós que conseguimos espaço de fala para expor os desafios dos Ecetistas. Ao mesmo tempo, seguimos sempre buscando o que é do trabalhador por direito, como é o caso das progressões do PCCS. Os Sindicatos geram empregos diretos e indiretos, fornecem conhecimento e informações para a base dos Ecetistas, investe para seguir lutando, por isso, eu, Presidente do SINDECTEB, peço a todos que reflitam sobre a importância da nossa luta e da existência dos Sindicatos. Sem eles, não haverá representação do Trabalhador nas questões mais importantes sobre os Correios, e ficaremos à mercê das decisões de quem já demonstrou que não tem respeito e muito menos empatia pela nossa situação.

Os reveses que enfrentamos são fruto da posição do governo em focar no empresariado e rebaixar o trabalhador. Nós somos o canal para enfrentar esse desafio, nós queremos - e precisamos - da nossa base com proximidade à luta sindical, por isso, trago um ponto de reflexão:

FILIE-SE AO SINDICATO, JUNTE FORÇAS CONOSCO E CONTRIBUA PARA A NOSSA LUTA QUE FOCA MESMO A BUSCA PELOS NOSSOS DIREITOS E O RESPEITO AOS NOSSOS EMPREGOS E NOSSA EMPRESA!

LUTA CONTRA PRIVATIZAÇÃO: ECETISTAS DO INTERIOR BUSCAM APOIO NAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Nos últimos meses, Ecetistas de 14 cidades do interior paulista estiveram presentes nas sessões das respectivas câmaras municipais para participar dos atos em prol dos Correios.

Foram realizadas diversas moções de apoio e apelo à luta dos Ecetistas contra a privatização, e de repúdio às intenções do governo de entregar os Correios para a iniciativa privada. Veja algumas fotos das moções já realizadas, e que contaram com a presença dos Trabalhadores dos Correios e membros do SINDECTEB.

Sagres



Monte Castelo



Brejo Alegre



Iacanga



Arealva



Avaré



Jau



Valparaíso



Guararapes



TST ADIA JULGAMENTO DOS EMBARGOS DO DISSÍDIO E VAI ESPERAR DECISÃO DO STF

A decisão do Tribunal Superior do Trabalho sobre o nosso dissídio foi “adiada”. O tema só deve voltar à pauta do TST após o STF julgar a liminar concedida pelo Ministro Dias Toffoli.

O que houve foi a ação de “julgar sobrestado”. Isso significa que o TST não se sente na posição de julgar o que está pendente de apreciação pelo STF.

Os membros do TST voltarão a apreciar os embargos após o colegiado do Supremo apreciar a liminar concedida. Essa postura deu apenas mais gás para o clima de insegurança jurídica que tomou conta do país, principalmente contra os trabalhadores, seus direitos e lutas.

Apesar do adiamento, a boa notícia é que o TST reafirmou a decisão de manter os pais no convênio até alta médica ou término do tratamento, exceto fonoaudiologia e fisioterapia. Isso significa que não haverá mais interrupções nos tratamentos continuados até que haja ordem médica.

Por cautela, os advogados da FINDECT orientam que “devemos aguardar a certidão de julgamento dos Embargos, pois o Ministro Aloysio Corrêa Veiga ainda irá elaborar um texto sobre a divergência apresentada por ele e acompanhada por maioria.”

O que são os embargos de declaração?

Embargos de declaração se referem às dúvidas que surgiram das cláusulas do dissídio que regulam o convênio médico e a duração do Acordo Coletivo. No julgamento do dissídio, o TST após amplo debate e análise, definiu o custeio do plano da seguinte forma:

1. 70% para a empresa;
2. 30% para o trabalhador;
3. Manutenção de pais que estão em tratamento contínuo.

Também foi determinado que a duração do Acordo Coletivo seria de dois anos. Essa decisão é fundamental para a categoria Eceletista, já que a negociação do ACT começaria do zero na próxima data base, em agosto deste ano.

Sair do zero significa iniciar a negociação apenas com o que determina a CLT, ou melhor, o que sobrou de direitos na CLT após a reforma trabalhista.

Como foi a estratégia dos Correios para sufocar a categoria?

A direção da empresa recorreu da decisão tomada pelos Ministros do TST, mas não esperou o julgamento no Tribunal Superior do Trabalho e apelou diretamente ao STF, pedindo a suspensão das duas cláusulas.

O pedido que foi acatado por meio de liminar emitida pelo Ministro Dias Toffoli. E seu resultado foi catastrófico. A direção da empresa usou da liminar para aumentar a mensalidade, o que praticamente foi uma expulsão em massa do plano médico. Mais de 9 mil pais de família foram atingidos com a medida. A explosão no custo da mensalidade fez com que um grande grupo deixasse de ter cobertura do plano de saúde por falta de recursos para pagamento da mensalidade exorbitante.

Enquanto o colegiado do STF não julgar a liminar, a FINDECT manterá seu corpo jurídico e toda a Diretoria em atividade permanente. Todos iremos focar nossos esforços em estruturar um diálogo constante, a fim de mostrar aos Ministros do STF a injustiça cometida com os trabalhadores. O objetivo é que eles julguem rápido ou revoguem a decisão, tendo em vista que ela foi tomada sem que o trabalho do TST tenha sido analisado.

A situação continua indefinida, portanto, é fundamental que todos os trabalhadores tentem se manter no convênio até uma decisão final. É preciso abrir os olhos e refletir sobre o que está acontecendo! A saída do plano de saúde é exatamente o que a empresa quer, pois o retorno se torna praticamente impossível, mesmo que a mensalidade volte ao antigo patamar de cobrança.

A FINDECT e seus Sindicatos filiados irão intensificar a mobilização e conscientização dos trabalhadores em suas bases na luta pelo cumprimento e manutenção dos direitos da categoria Eceletista.



MAIS 14 ECETISTAS RECEBEM OS VALORES DO PCCS

Nas últimas semanas, mais 14 companheiros estiveram reunidos aqui no SINDECTEB para receber as últimas orientações sobre os processos do PCCS. Todos obtiveram na Justiça do Trabalho o direito a receber os valores referentes às progressões de carreira que ainda não haviam sido concedidas pela empresa.

Os processos foram protocolados em 2013 e, desde então, o SINDECTEB acompanha o julgamento de cada um, aguardando as decisões da Justiça. O SINDECTEB agradece a confiança e paciência dos Companheiros.

Apesar da lentidão com que a Justiça progride no julgamento das ações do PCCS, gradativamente, mais e mais Companheiros estão celebrando suas vitórias.

Sandra Regina Gallo (Lins)



Renzo Fabrizio Grazzi Bertini (Jaú)



Adriano R. M. Pessoa (Brotas)



Marcos Eugênio da Silva (Marília)



Luiz Antônio Silva (Guaracai)



Leonardo Cabrera (Araçatuba)



Roberto Ortiz (Aposentado – Ourinhos)



Rosilene Maria dos Santos Lima (Piacatu)



Alessandra R. dos Santos Sousa (Birigui)



Antônio Batista do Nascimento (Birigui)



Mauro Lúcio Fraquito (Assis)



Derivaldo F. de Oliveira (Pres.Prudente)



Hideyochi de Oliveira Hina (Pres.Prudente)



Luis Antonio de Oliveira (Junqueirópolis)

